

REFORMA AGRÁRIA

Mural Produzido em:
10/2008

Coordenação:
Alexandre Blankl Batista
Fábio Ruela de Oliveira

Acadêmicos:
Fernando Chlad
Gustavo Soares de Lima
Juliana Valentini
Karen Kraulich
Karen Renata Capelesso
Rúbia Mara Tordiotto
Sandra Regina Ventura Popiolek

A questão da terra e a Reforma Agrária no Brasil: um pouco de História...

Alexandre Blankl Batista

A idéia da necessidade de Reforma Agrária no Brasil surge em vários momentos de nossa história. As oportunidades perdidas para a realização de um processo de distribuição e democratização da propriedade da terra passam pelo conservadorismo das elites locais em relação à questão do latifúndio, mas principalmente concernente à não resolução do problema das desigualdades sociais brasileiras. Além disso, há o fato da interferência dos interesses estrangeiros que constantemente prevaleceram em detrimento dos interesses em solucionar nossos problemas internos.

Todos sabem que nosso país foi constituído a partir de uma colônia que, inicialmente, pertencia a Portugal. Desde o começo da ocupação portuguesa, no território que hoje chamamos de Brasil, a política em relação às terras nunca fora de usá-las para diminuir a distância econômica entre ricos e pobres. No transcorrer de quatrocentos anos a lógica de proveito das terras brasileiras foi pautada por um modelo de economia que incentivava a grande propriedade e o cultivo de poucos itens, principalmente para a exportação.

No início da colonização se aplicava a mão-de-obra escrava e o desenvolvimento de cultivos que atendiam os interesses da metrópole européia e essa forma de produção exigia o controle da terra sob o formato do latifúndio. Esse modelo foi transformado somente em meados do século XIX, em razão de transformações na lógica de acumulação do capitalismo. Se lembrarmos das constantes intervenções de nações estrangeiras na política brasileira, veremos que, nessa época, os ingleses conseguiram se impor hegemonicamente através de suas necessidades de acumulação. A mão-de-obra escrava não interessava mais, pois havia a necessidade de trabalhadores “livres” diante do anseio de “modernizar a produção” que, ideologicamente, se guiaria então pelo modelo liberal.

Tal modelo tinha como valor principal a propriedade privada e a terra era considerada o principal bem privado que se poderia adquirir. Isso significava que os únicos que poderiam ter acesso à mesma seriam aqueles que pagassem por ela. Com a transformação de lotes em valiosa mercadoria, somente uns poucos abastados somavam paulatinamente grandes quantidades de terra, ou seja, identificamos nesta época as características básicas dos atuais *latifúndios* existentes hoje no Brasil. Essa designação, na Roma antiga, significava grande domínio privado da aristocracia. No sentido moderno, *latifúndio* significa a grande propriedade rural, especialmente a que tem grande proporção de terras não cultivadas e é explorada com técnicas de baixa produtividade.

Fica claro que, embora o processo que desencadeou o fim da escravidão no Brasil tenha sido positivo para acabar com essa forma cruel de emprego de mão-de-obra, o modelo que o substituiu acabou mantendo a propriedade da terra nas mãos das elites dominantes, em que se observava já um

grande privilégio concentrado nas oligarquias rurais, principalmente no centro do país. A maior parte das terras brasileiras detinham-se em poder de uma minoria, em detrimento de uma maioria submissa a esses grandes proprietários, ou marginalizada por esse sistema. No início do século XX, uma das monoculturas mais lucrativas para as elites foi o café, plantado em grande escala para a exportação. O Brasil tornava-se um conhecido exportador deste produto e dependia muito dele para sustentar-se economicamente.

Mais tarde, com a crise de 29, o país sofreu o impacto e sentiu a fragilidade de estar muito dependente de um único produto para exportação. Na década de 30, com a política do governo de substituição de importações e com o impulso dado pela crescente burguesia industrial, o país superou a crise e transformou seu modelo econômico interno, no entanto, mantendo a estrutura da terra intacta, e criando uma aliança da burguesia industrial com as oligarquias. O modelo que explica essa ascensão da burguesia industrial, no Brasil, em associação não apenas com as oligarquias, mas também com o capital estrangeiro, tem sido chamado de capitalismo dependente.

Mas por que dependente? É aí que entra a contradição no cerne do suposto modelo liberal adotado no Brasil: enquanto em muitos países, principalmente do hemisfério norte, se distribuía a terra como forma de tornar os camponeses produtores e consumidores de mercadorias, até como forma de incentivar o capitalismo industrial e o mercado interno, aqui se concentrava cada vez mais a terra em grandes latifúndios, em que o papel da burguesia industrial jamais fora o de organismo autônomo, mas sempre atrelada a antigos interesses de elites locais agrícolas e do capital estrangeiro.

Com o final da ditadura Vargas, em 1945, estendeu-se um período de abertura política que foi até 1964, o qual costumamos chamar de “democracia populista”. A crise que pôs fim ao populismo em meados da década de 60 não deixa de estar fortemente vinculada àquele modelo capitalista dependente. Esse modelo entrava em choque com propostas populistas que privilegiavam o Estado de Bem-Estar-Social e o ápice da crise foi a radicalização por parte de certos setores sociais que lutavam por necessárias reformas estruturais, as quais se incluía a reforma agrária. Movido pela crise, o governo João Goulart anunciaria as reformas estruturais no país, tendo como um dos focos a Reforma Agrária. Do comício na Central do Brasil, onde o Presidente apresentou a proposta à população, transmitida em rádio e televisão, no dia 13 de março de 1964, contaram-se dezenove dias até a sua derrubada e a implantação da Ditadura Civil-Militar. Não é necessário dizer, mas a Reforma Agrária não foi uma demanda muito bem vista, nem pelos militares que estiveram à frente do golpe, nem pelas elites civis que os apoiaram na execução e busca de legitimidade do novo regime político.

Durante alguns anos, a economia brasileira cresceu, mas o resultado que se viu foi o distanciamento ainda maior entre ricos e pobres, além de vinte anos de repressão e exclusão política

da imensa maioria da sociedade civil. A herança que trouxemos de todo esse período foi a pauperização do homem do campo, políticas econômicas equivocadas que causaram exclusão e concentração de riqueza nas mãos de poucos, vinculação direta de nossa economia ao capital estrangeiro e, principalmente, a não realização de uma Reforma Agrária ampla, que desmanchasse a concentração de terras e que as melhor distribuisse para abrandar o problema da pobreza no país.

Além da não realização da Reforma Agrária, no período recente, se assiste a uma resistência enorme em realizá-la, bem como acontecia em outros tempos. Um exemplo disso foi, com a abertura política, a partir de 1985, a forte aparição dos movimentos sociais que reclamam a sua inclusão, como aqueles que lutam pela terra e que, desde então, abertamente reivindicam por essa demanda, ainda que sua luta seja constantemente criminalizada pelos meios de comunicação e grupos hegemônicos e conservadores de nossa sociedade. Hoje vivemos sob as condições impostas pelo neoliberalismo e a questão da terra se apresenta como um assunto fundamental no âmbito das discussões dos críticos desse modelo econômico. Alguns objetos que estão subjacentes ao tema da Reforma Agrária, como o Agronegócio, as demarcações de terras indígenas, as demandas do Movimento Sem Terra (MST), o papel da mídia ao abordar a temática e as políticas do presente governo em relação à questão da terra no Brasil são aqui abordados, procurando-se mostrar um panorama geral da situação e um painel explicativo sumário, introdutório e atual do assunto.

O Agronegócio

Karen Loraine Kraulich

Rúbia Mara Tadiotto

Modelo de agricultura neoliberal voltada para a exportação. Assim pode-se entender o agronegócio por definição, onde as classes dominantes da nossa sociedade buscam de todas as formas mostrá-lo como a solução que o país precisa para problemas como a fome, miséria e desemprego. Vemos constantemente na mídia discursos de como os grandes proprietários de terra são importantes para o crescimento e o desenvolvimento da agricultura brasileira, e as pequenas propriedades apenas como complementares e substituíveis.

A questão da Reforma Agrária, sempre muito polêmica, nos leva a algumas contradições: por que a redistribuição das terras é tão necessária, se a política do agronegócio e seu sustendo gira em torno das grandes propriedades? Para que mexer em algo que estaria dando certo? E é justamente neste ponto que as coisas mudam de posição.

O território brasileiro tem cerca de 850,2 milhões de hectares. Terras estas que muitas vezes é apropriada ilegalmente, cercam-se territórios bem maiores do que se define em registros, por exemplo. Em virtude disso é que temos quadros como o de 132 milhões de hectares nas mãos de 32 mil proprietários, ou ainda como o fato de que a propriedade da Jarí S/A que fica entre o Pará e o Amapá, possui uma área maior do que o estado do Sergipe!

Quer dizer, poucos com muita terra e em contrapartida muitos com pouca terra. Segundo o INCRA, os pequenos proprietários são aqueles que possuem menos de 200 hectares, sendo estas 92% das propriedades e ocupam 29,2% da área total. Já a média propriedade tem entre 200 e 2000 hectares, ocupando 39,2% da área. Os grandes latifundiários representam 1% da sociedade e tem uma área de 31,6%. A grande controvérsia nestes números todos é que embora possuam mais territórios e investimentos, são as pequenas propriedades que geram 144 milhões de empregos no país, 86% do todo, enquanto as grandes somam 2,5% apenas.

Outro fator intrigante é o do investimento, financiamento e subsídios. Ora, se os pequenos agricultores geram tanto emprego, são tecnologicamente desenvolvidos, como explicar que as grandes unidades recebem cerca de um milhão de reais em créditos para cada uma enquanto as pequenas dividem financiamentos de R\$ 2.900 a R\$ 20.000,00 somente? Sendo que os maiores resultados vem deste último? Nos EUA o programa de subsídio garante ao agricultor cinco vezes mais do que no Brasil, ou seja, o subsídio aqui existe, mas não há uma distribuição adequada e justa deste dinheiro.

As maiorias das terras dos grandes latifundiários ficam intactas, tornam se improdutivas e só fazem somar ao acúmulo de bens do proprietário, que ainda conta com os maiores investimentos,

enquanto isso o pequeno proprietário que é o verdadeiro responsável pelos lucros obtidos do agronegócio precisa se manter sem os investimentos necessários e do jeito que podem, e assistem os outros levarem os créditos que na verdade são seus. E não é somente na questão de empregos, mas também na produção de alimentos, criação de animais, desenvolvimento de máquinas, técnicas de irrigação, adubo, enfim tudo gira em torno das pequenas propriedades.

Para que possamos entender melhor este problema, aponto alguns dados estatísticos do IBGE e do INCRA que nos mostram em porcentagem, a real situação do cultivo dos principais produtos para o mercado interno e externo: a agricultura familiar é responsável por 75% da produção de cacau, as grandes propriedades, 1%. Na produção de laranja a diferença é de 51% para 11%, a mandioca corresponde 92% do cultivo aos pequenos agricultores, enquanto as grandes, não somam porcentagem alguma. De todos os produtos pesquisados, apenas a cana-de-açúcar representa número superior nos grandes latifúndios, 33% da produção. Agora, ao analisarmos a distribuição das terras, temos os pequenos proprietários ocupando um espaço total de 122.948.252 km², onde vivem 95% da população rural e os grandes latifundiários que representam 0,3% desta população, contando com uma área de 132.631.509 km².

Todos estes números nos evidenciam apenas uma coisa: é a agricultura familiar a grande responsável pelo alimento e os empregos no país, e não o agronegócio teoricamente sustentado pelos grandes proprietários. Estes últimos tem poder aquisitivo suficiente para ter amigos influentes e acesso direto a mídia para venderem uma imagem que de fato não existe.

MST e a Reforma Agrária

*Juliana Valentini
Karen Capelesso*

Ao pensarmos em movimentos sociais, logo temos em mente o Movimento dos Sem Terra. O MST é um dos maiores e mais significativos dos movimentos sociais brasileiro e referência de luta para toda a América Latina.

O movimento surge por volta dos anos 80, se organizando primeiramente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, se estruturando formalmente em 1984, tendo seu congresso de constituição na cidade de Cascavel/PR. A partir de 1986, com o seu primeiro congresso nacional em Curitiba/PR, o MST deixou de ter um caráter essencialmente sulista para ter projeção nacional.

Segundo Zander Navarro, o principal desafio do MST é “tentar pressionar socialmente para alterar um padrão de propriedade da terra historicamente consolidado, onde o controle deste recurso mantém-se nas mãos de uma minoria de proprietários”.

Para o MST, suas ações estão guiadas de acordo com três princípios básicos: democratizar o acesso à terra no Brasil; implementar uma reforma agrária e lutar por uma sociedade “igualitária” e mais justa. Para eles “É preciso realizar uma ampla reforma agrária com caráter popular para garantir o acesso a terra para todos os que nela trabalham. Garantir a posse e uso de todas as comunidades originárias, dos povos indígenas, ribeirinhos, seringueiros e quilombolas. Estabelecer um limite máximo do tamanho da propriedade da terra como a forma de garantir a sua utilização social e nacional”.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra tem uma profunda capacidade de mobilização, conseguindo grande visibilidade pública nos seus atos. A repercussão dessas ações tem trazido alguns resultados positivos para as famílias sem-terra, pois através da mobilização eles conseguiram a criação de novos assentamentos. Segundo o site do MST, de 2003 à 2005, foram assentadas por volta de 244 mil famílias no Brasil.

Além dos resultados muitas vezes positivos de suas ações, outro ponto que também traz atenção da sociedade para o Movimento dos Sem Terra é a grande violência empregada para reprimir as suas manifestações. O assassinato de sem-terras em Corumbiara, no estado de Rondônia, em agosto de 1995, e o massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, em abril de 1996, foram de extrema importância para que a sociedade voltasse a atenção para o MST e para a questão da reforma agrária, principalmente o massacre de Carajás, já que a quantidade expressiva de mortes e as evidências deixadas do confronto entre policiais foram filmados e repercutidos amplamente na mídia.

Através do impacto desses acontecimentos, aproveitando a conjuntura de apoio da

população ao movimento, eles mudaram sua palavra de ordem política de “ocupar, resistir e produzir”, voltada para a tática interna de luta do movimento, para “Reforma Agrária: uma luta de todos”, sugerindo que houvesse um apoio mais amplo da sociedade em relação as suas demandas, lutas e reivindicações. Segundo Mary Del Priore e Renato Venâncio, após a organização do MST, há uma diminuição na quantidade de assassinatos no campo. Um dos fatores atribuído pelos autores para este fato é a pressão da opinião pública nacional e internacional, que voltaram seus olhares para os conflitos em torno da terra.

A justificativa apontada pelos contrários ao movimento fica muito bem explicitada por Luiz Fernando Verríssimo em seu artigo “Injustiça e desordem”. Para ele, esses grupos deixam de lado as injustiças sociais do campo, ignoram a luta pela Reforma Agrária e exaltam a “desordem” causada pelos manifestantes, com suas ocupações (“invasões” como preferem falar) ao sagrado bem privado. Mas estes esquecem que no país com a maior quantidade de terras aráveis do mundo, não tem lugar para o pequeno produtor, mas só para o latifúndio, que acabam por deixar milhares de famílias camponesas em situação miserável já que não há mais chão para trabalhar. Esquecem estes também o fato de que as manifestações do MST apenas são meras ocupações, mas também diversos atos políticos pacíficos, como marchas, jejuns, abaixos-assinados.

No entanto, mesmo com todos os ataques que o Movimento dos Sem Terra sofreram ao longo de sua história, ele ainda se mantém na luta pela democratização ao acesso a terra e pela defesa do pequeno produtor. Por mais que a Reforma Agrária, tão almejada, ainda não tenha sido feita pelos nossos governos, fortemente vinculados aos grandes latifundiários, só de se colocar o tema em debate para a sociedade brasileira, com certeza pode ser considerada uma grande vitória do MST.

Governo Lula X Reforma Agrária

Gustavo Soares de Lima

O ano de 2002 teve um significado emblemático à grande maioria dos trabalhadores brasileiros. Acreditava-se que aquele momento ficaria para a História como um período de ruptura entre as políticas neoliberais e um novo governo, que visaria centralmente o atendimento das reivindicações dos movimentos sociais. Seis anos após a vitória de Luis Inácio Lula da Silva à presidência, qual balanço podemos fazer sobre as suas políticas para a reforma agrária – sendo esta uma das principais aspirações dos trabalhadores do campo que votaram no PT para a presidência da república?

Basta um olhar panorâmico para visualizar a inclinação do governo Lula ao beneficiamento da agricultura patronal e empresarial, ou seja, a sua submissão ao agronegócio. Esta pré-disposição de Lula ao latifúndio é percebida quando analisamos: a) os subsídios dados pelo governo federal aos grandes proprietários; b) o aumento da criminalização aos movimentos campestinos; c) o incentivo e o favorecimento à monocultura e/ou à agricultura para exportação; e d) a negação da reforma agrária. O resultado destas ações, é fatalmente o aumento da desigualdade no campo, indo na contra-mão dos anseios dos trabalhadores sem-terra.

Entre os anos de 2003 e 2004, o governo Lula chegou a realizar o assentamento de 116.783 mil famílias, entretanto, esta tímida distribuição de terra não foi feita de livre e espontânea vontade, e sim após intenso processo de ocupação de terras pelos trabalhadores sem-terra que chegaram a 852 ocupações de terra, mobilizando 139.209 mil famílias no campo. Assim, podemos abrir este debate ressaltando que, se por um lado, o governo Lula buscou durante estes 6 anos privilegiar grandes proprietários, por outro foi obrigado a ceder em alguma medida às pressões dos movimentos sociais, como o do MST, que havia declarado apoio a Lula em sua primeira eleição após a divulgação da promessa petista de assentamento de 1 milhão de famílias (Plano Plínio de Arruda Sampaio), mas que ao menos no período entre 2003 e 2004, só viram 11,6% desta promessa cumprida.

Mídia e Reforma Agrária

Sandra Popiolek

A Reforma Agrária, nas últimas décadas, é um assunto que está em discussão, devido aos debates, atos, manifestações que existem acerca da implantação de uma distribuição com maior equidades das terras no Brasil. Na década de 50, por exemplo, quando em Pernambuco, houve algumas organizações de trabalhadores dos engenhos de açúcar em defesa do direito do homem do campo e da Reforma Agrária, formaram-se ligas camponesas com a liderança de Francisco Julião, deputado do Partido Socialista Brasileiro (PSB), também com apoio do Partido Comunista (PC) e da Igreja Católica. Sofreram com muita repressão policial e também com a reação dos latifundiários. No entanto, na ditadura de 64, Julião e seus principais líderes foram presos e condenados, o que causou o enfraquecimento do movimento. Hoje quem defende esses interesses são os atuais movimentos camponeses, por exemplo, o MST.

Como esses movimentos acabam incomodando latifundiários principalmente, a esses que defendem e se aglutinam na crítica incessante à forma de como é feita a reivindicação em torno da terra. De alguma forma, a mídia, que sempre reproduz a preocupação desses latifundiários, é um exemplo por onde são defendidos os interesses dos setores dominantes. A Revista *Veja*, considerada a maior revista de circulação nacional, pode ser citada como um veículo que tem atacado constantemente os movimentos que lutam pela Reforma Agrária, principalmente o MST. Em toda a sua história, *Veja* já publicou mais de 15 capas referente à Reforma Agrária e nessas matérias, sempre reproduz o mesmo discurso, mas em termos diferentes, classificando os movimentos como revolucionários, radicais, bárbaros, baderneiros e vândalos. O que chama bastante a atenção é a matéria de capa do dia 10/05/2000 intitulada “A tática da baderna – o MST usa o pretexto da reforma agrária para pregar a revolução socialista”.

Naquela matéria, dirigia-se ao MST como “sem lei” por “invadir” prédios públicos em algumas capitais. Na época, considerava-se a ação do movimento “espetacular” desde a sua criação. O discurso contemplava o que até aqui nossos colegas já publicizaram sobre as razões históricas da luta pela Reforma Agrária e as questões que a envolve. Entretanto a revista classifica a forma de atuação desse movimento como ação para “tomar o poder” e implantar o socialismo com uma revolução. No entanto, acabam deixando a mercê o “papel” que esse movimento tem de reivindicar e lutar por uma melhor distribuição de terras. É importante mencionar, a maior parte da mídia acaba reproduzindo a visão de que esse movimento é apenas baderneiro.

Ainda com relação a *Veja*, isso é percebido em outra matéria de capa do dia 14/06/2006 intitulada “Os PTbulls – financiados pelo governo e chefiados por um dirigente do partido, os agitadores que depredaram o Congresso Nacional são apenas um dos grupos que se comportam

como braço armado do PT”. Nessa matéria, *Veja* trata de outro movimento o MLST, Movimento de Libertação dos Sem Terra, e o classifica como “vândalos”, em que, ao atacarem o Congresso Nacional, “insultaram a tolerância da democracia brasileira”. Ao longo da matéria, *Veja* relaciona esse movimento como aliado do governo, apontam as possíveis relações com o Governo Lula. Além disso, criam um esteriótipo aos líderes do movimento dizendo serem “protegidos” do governo, como se tivessem “mal de Marxzheimer, uma doença social que produz miséria física e mental”.

Como mais um veículo de “desinformação”, *Veja* não traz os dois lados da moeda. Omite informações do movimento e banaliza suas ações no intuito de defender interesses, mas interesses para quem? Apenas para grandes latifundiários e seus leitores, simpáticos a essa causa? É muito fácil criticar a ação de um movimento que se constitui para defender o interesse daqueles que não tem terra e, de certa forma, errada ou equivocada, lutam pelo que é de direito.

A Questão Indígena: Terras ancestrais e interesses estatais

Fernando Chlad

Não é de hoje que ouvimos falar de conflitos entre indígenas e agricultores, relativos a questões fundiárias. É comum vermos as pessoas terem pena dos “coitados” dos índios, tão longe de nossa maravilhosa vida contemporânea, com nossos alimentos industrializados e oito horas de trabalho diário. Entretanto, no fim das contas elas ficam ao lado dos “pobres agricultores”, que trabalharam tão duro para comprar a terra que os índios procuram ter “de graça”.

Muitos se esquecem de que os “pobres agricultores”, cujo estereótipo é o do homem simples, que planta para a subsistência e vende o que sobra, são na verdade latifundiários, donos de gigantescos mares de soja destinados à exportação e ao seu enriquecimento, e não para alimentar o Brasil, como tanto afirmam em seus discursos e slogans. Enquanto isso, os indígenas que habitam esta terra desde muito antes do primeiro europeu pisar aqui com seus sapatos molhados, passam fome devido a escassez de terras para plantio, cortesia de nossos “pobres agricultores”, desesperados pela possibilidade de não poderem comprar uma picape do ano.

Há pouco tempo atrás, ouvimos falar do caso da Reserva de Raposa Serra do Sol, em Roraima, em que agricultores, políticos, empresários e militares buscavam não apenas parar com a demarcação contínua da reserva, como também diminuí-la, argumentando que a mesma traria riscos à soberania nacional. Porém, isto não tem fundamento algum, visto que os indígenas não apenas preservam a demarcação do território brasileiro com sua presença, como também denunciam abusos e invasões de estrangeiros, guardando a soberania.

Outro caso é o do Mato Grosso do Sul, onde as reivindicações dos indígenas por um pedaço de suas terras ancestrais levaram a conflitos com fazendeiros, através de ocupações e as subsequentes expulsões por capangas armados, resultando em dois índios mortos, quatro baleados e três presos. Nenhum branco foi preso, e chegou-se ao cúmulo de se aceitar a versão dos fazendeiros de que os quatro índios foram baleados pelo líder da ocupação, na tentativa de acertar dois agricultores, entre eles o presidente do Sindicato Rural de Amambaí, tendo sido então decretada a prisão do líder indígena, no momento foragido. Para variar, os depoimentos dos índios foram ignorados, assim como o fato de eles não disporem de nenhuma arma de fogo, ao contrário dos fazendeiros...

Para tentar resolver essa crise fundiária no Mato Grosso do Sul, a Funai foi encarregada de resolver a questão até 2010, o que ela declarou que pretende fazer com uma investigação em uma área total de três milhões de hectares, para ver o quanto dentro dessa área poderia ser demarcada como reserva. A imprensa surgiu então com o espalhafatoso número de 12 milhões de hectares,

cerca de um terço do estado, como a área de demarcação. Mesmo após o responsável por um dos grupos de trabalho do levantamento ir à imprensa local esclarecer o erro, o número de três milhões foi apresentado como área de demarcação, e não de investigação. O que não torna surpreendente o fato de o Sindicato Rural de Dourados ter levado às ruas em manifestação cinco mil pessoas, preocupadas com a economia do estado. Porém, mesmo essa demarcação pode vir a proporcionar benefícios aos proprietários, pois a resolução dos problemas fundiários pode trazer ao Mato Grosso do Sul a estabilidade jurídica, reivindicada há pelo menos três décadas

Há também o caso dos Guarani da reserva Oco'ý, no oeste paranaense, expropriados de suas terras ancestrais pela ITAIPU, para a construção da Binacional, e que há mais de vinte anos vem lutando contra a mesma, os fazendeiros e o INCRA, para receberem as terras a que tem direito, não apenas em quantidade, mas também em qualidade.

A questão principal é: será que após séculos de abusos, massacres, expropriações e outros sofrimentos que nossa “civilização” judaico-cristã-ocidental infligiu aos povos indígenas, habitantes por direito dessas terras, não seria a hora de começar a pagar esse débito histórico e fazer justiça para com eles? Afinal, é por nossa causa que hoje eles estão passando fome e expropriados das terras que lhes são tão material e espiritualmente importantes.

Reforma Agrária para os Índios?

Fábio Ruela de Oliveira

O debate sobre a reforma agrária e a questão da terra é muito antigo, mas felizmente continua intenso na atualidade. No caso do Brasil, mais especificamente, qualquer discussão sobre tais questões passa, necessariamente, “pela óbvia constatação de que há, historicamente, uma desigualdade gigantesca na posse da terra.” (FILIPPI, 2005, p.53) Ao contrário dos países desenvolvidos e dos países que vivenciaram o socialismo real, “a industrialização brasileira não suscitou mudanças importantes no regime de posse da terra.” (FILIPPI, 2005, p.59) Em recentes edições da revista semanal *Carta Capital* observamos alguns casos, resumidos abaixo, que refletem essa dinâmica da desigualdade na posse da terra no Brasil, indicando sua permanência.

O primeiro deles, é o caso do Território Indígena Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima. A demarcação da área de 1,7 milhão de hectares dessa reserva é contestada na justiça, em ações assinadas por fazendeiros que disputam a posse de uma parcela do território, acompanhados de políticos, militares e empresários. (*Carta Capital*, nº. 510 de 27/08/2008) O segundo caso é a disputa entre índios e agricultores pela demarcação de terras no estado do Mato Grosso do Sul. Na região rural do município de Coronel Sapucaia, área fronteiriça com o Paraguai, município mais violento do Brasil, na rota do contrabando e do narcotráfico, a área de 1,7 mil hectares da tribo kaiowá ficou pequena para sua população de 2,4 mil indígenas, hoje sem terra para plantar e reivindicando a ampliação da área. Como esse, vários conflitos fundiários no Mato Grosso do Sul ainda não têm solução na justiça e já causaram mortes e ferimentos em muitos índios. Os latifundiários, via Sindicato Rural, já reuniram 5 mil manifestantes no centro de Dourados/MS, contrários à demarcação e continuam a pressionar a população local afirmando que a mesma traria prejuízos econômicos para a região. (*Carta Capital*, nº. 515 de 01/10/2008)

Ambos os casos, obviamente não tiveram grande repercussão na mídia e configuram a permanência de algumas características fundamentais para a dinâmica capitalista, iniciada há mais de dois séculos na Europa: a expropriação dos trabalhadores da terra, a concentração da terra no latifúndio e a prática da monocultura. Do lado indígena observamos que a terra está na sua identificação, ela não lhes pertence, mas eles pertencem a terra, por isso eles não aceitam qualquer área, mas aquela que foi de seus antepassados, e a utilizam para sua própria subsistência. Do lado dos agricultores observamos que o que está em jogo é grande agricultura, principalmente a monocultura de soja em vastas áreas, seguindo a prática “novidade do momento”, do *agrobusiness*, ou o agronegócio.

Pelo fato de envolver indígenas esses conflitos fundiários são mais complicados, mas a posição recuada da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) não se justifica e lança dúvidas sobre seu

papel. Não obstante, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), movimento social dos mais organizados no Brasil hoje, ecoa um também injustificado silêncio sobre tais episódios. Os índios também não são trabalhadores sem terra? Não trabalham numa perspectiva de agricultura familiar e coletiva? Não são legítimos interessados numa reforma agrária?

Em meio ao “ecologismo” e ao “ambientalismo” tão em moda nesses tempos de crise climática, vale a pena refletir o papel do índio enquanto autentico homem da natureza, aquele que guarda códigos e conhecimentos que a civilização já perdeu há muito tempo. Fala se muito em defesa das florestas, porém fala-se pouco da defesa dos homens que nelas vivem e as conhecem.

Num horizonte mais distante o impasse da reforma agrária no Brasil, a intensa mecanização do campo e o contínuo processo de êxodo rural geram enormes contingentes de migrantes em direção as cidades. Esses elementos explicam parcialmente o característico e crescente processo de urbanização desse início de século XXI, ou melhor, de uma *suburbanização*, “que toma forma de uma fuga desesperada do interior em direção ao que chamamos hipercidades.” (HOBSBAWM, 2007, p.38)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CORRÊA, Melquizedek Brito. Reforma Agrária no Brasil: O papel das Ligas Camponesas e do Movimento dos Sem Terra (MST).
- COSTA, Wanderley Messias da. *O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.
- DEL PRIORE, Mary, VENÂNCIO, Renato. Uma história da vida rural no Brasil. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- FILIPPI, Eduardo Ernesto. *Reforma agrária: experiências internacionais de reordenamento agrário e a evolução da questão da terra no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. (Série Síntese Contemporânea)
- HOBBSAWM, Eric J. *Globalização, Democracia e Terrorismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *A questão agrária no Brasil: A classe dominante agrária – natureza e comportamento (1964-1990)*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- NAVARRO, Zander. “Mobilização sem emancipação” – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil.
- NAVARRO, Zander. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo – o MST e a reforma agrária.
- NETO, João Cabral de Melo. *Funeral de um lavrador*. In: *Morte e Vida Severina e Outros Poemas para Vozes*. 4ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 200, p.59.
- NEVES, Delma Passanha. *Assentamento rural: reforma agrária em migalhas*. Niterói: EDUFF, 1997.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. STEDILE, João Pedro. O AgronegócioXAgricultura Familiar e Reforma Agrária. Fórum Nacional de Reforma Agrária. Rio de Janeiro: Junho de 2004.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *A questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- VERRISSIMO, Luiz Fernando. Injustiça e desordem. Jornal Zero Hora, 03 de jul. 2008
- Carta Capital*, nº. 510 de 27/08/2008.
- Carta Capital*, nº. 515 de 01/10/2008.
- Revista Veja do dia 10 de maio de 2000.
- Revista Veja do dia 14 de junho de 2006.
- <<http://www.veja.com.br>>
- <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=4518>>. Acessado em 20 de out. 2008.
- <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=526>> Acessado em 20 de out. 2008.
- <<http://www.clicklivro.com.br/content/view/8619/69/>>. Acessado em 20 de out. de 2008.
- <http://www.seade.sp.gov.br/produtos/spp/v11n02/v11n02_10.pdf>. Acessado em 20 de out. de 2008.

<<http://iisg.nl/labouragain/documents/navarro.pdf>>. Acessado em 20 de out. De 2008.

<www.pt.org.br>